



Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

ATA DA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI), INSTAURADA NA PRIMEIRA (1ª) SESSÃO LEGISLATIVA DA VIGÉSIMA NONA (29ª) LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ PARA APURAR INDÍCIOS DE FRAUDE NO SEGURO DPVAT NO CEARÁ.

Ao primeiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze (1º/12/2015), às dezessete horas e quinze minutos (17h15min), no Auditório Deputado Carlos Eduardo Benevides, do Complexo das Comissões Técnicas Deputado Aquiles Peres Mota, realizou-se reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), com a presença dos seguintes Deputados: Roberto Mesquita (Vice-Presidente), Fernando Hugo (Relator), Audic Mota (Sub-Relator), Professor Teodoro (membro da CPI) e Leonardo Araújo. Havendo número regimental, o Deputado Roberto Mesquita que presidiu a reunião declarou abertos os trabalhos justificando a ausência dos Deputados: Dr. Sarto (Presidente) e Walter Cavalcante. Mediante consenso entre os deputados presentes, deu como lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Em seguida, passou a palavra para o Dr. César Wagner, titular da Delegacia de Acidentes e Delitos de Trânsito do Ceará (DADT). Ao fazer uso da palavra, o delegado apresentou a estrutura da delegacia que centraliza as ocorrências relacionadas ao trânsito na capital cearense, bem como o trabalho preventivo e repressivo que vem sendo feito por ele e por sua equipe para inibir os delitos de trânsito em Fortaleza. Acerca do Seguro DPVAT, mencionou a cultura generalizada da fraude e a mudança que ocorreu a partir da Portaria trinta de dois mil e quinze (30/2015) que “Estabelece o procedimento a ser adotado nas delegacias de polícia deste Estado, quanto ao registro de ocorrência de crime decorrente de acidentes no trânsito, visando prevenir eventuais fraudes do seguro DPVAT”. De acordo com o Delegado, foi com fundamento nessa Portaria que se atribuiu à DADT a competência para registrar a ocorrência de crime decorrente de acidente de trânsito na capital e os dados necessários para o registro de Boletim de Ocorrência (BO) de crime de lesão corporal culposo praticado na direção de veículo automotor. Segundo ele, foram constatadas pelos servidores da DADT, que foram capacitados para este fim, algumas tentativas de fraudes, tais como: acréscimo de informação nos documentos emitidos pelos hospitais; alteração na natureza do fato e na numeração de BO; pessoas que se dirigiam à DADT e que ao tomarem conhecimento dos critérios para registro de BO não retornavam com a documentação na data do agendamento. O Delegado relatou a demanda crescente da DADT e a limitação de pessoal para atender a contento. Por esse motivo, o cidadão chega a esperar até três meses mediante agendamento. Embasado no relato do Delegado César Wagner, o Deputado Fernando Hugo propôs o envio de um ofício para a Secretaria da Segurança Pública e Defesa



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**

Social do Estado do Ceará e, também, para a direção superior da Delegacia Geral, reforçando a necessidade de providências no sentido de melhorar a estrutura física e de pessoal da DADT, considerando a demanda excedente de atendimento e o tempo de espera do cidadão que busca os serviços dessa delegacia especializada. Dando prosseguimento, O Deputado Roberto Mesquita facultou a palavra aos deputados que fizeram algumas ponderações. Dentre eles o Deputado Professor Teodoro que lamentou a “cultura da esperteza do brasileiro”. Segundo ele, lamentavelmente, quando se trata da fraude no Seguro DPVAT, essa cultura permeia vários segmentos e alcança diversos níveis de profissionais desde os mais simples até aqueles considerados de alto nível, tais como: médicos e advogados. Por sua vez, o Deputado Audic mencionou a dificuldade de mudar essa cultura que muitas vezes parte do próprio serviço público. Além disso, segundo ele, a estrutura força o delegado a não dar a resposta esperada. Citou ainda o diferencial da capital em relação ao interior do Estado que não dispõe de Instituto Médico Legal (IML) para facilitar a investigação e perguntou se a alteração de BO, citada pelo Delegado, ocorreu na mesma delegacia. O Deputado Fernando Hugo questionou sobre como se deu a alteração na natureza do fato e na numeração de BO citada pelo Delegado e se a DADT pode disponibilizar os processos que foram instaurados a partir da Portaria 30/2015. O Deputado Roberto Mesquita indagou sobre o retorno dos agendamentos. A partir desses questionamentos, o Delegado César Wagner esclareceu que pela natureza do seguro existe o envolvimento de algumas áreas profissionais envolvidas na fraude. Porém, a amostragem ainda é pequena. Em relação ao retorno dos agendamentos talvez seja um caso a se refletir, segundo ele, pois entre vinte e vinte cinco por cento não retornam. O Delegado fez a ressalva de que a maioria dos casos de fraudes em BO é feita por servidores terceirizados. Quanto à alteração do fato e da natureza de BO, informou que uma escritã, para agilizar o serviço, forneceu a senha de acesso ao Sistema de Informação Policial (SIP) para uma servidora terceirizada que foi corrompida por intermediários e despachantes para agir dessa forma. Foram ouvidas várias pessoas incluindo empresários de locação de veículos que confessaram, e o caso foi elucidado. Afirmou ainda que a alteração de BO, por ele mencionada, ocorreu na mesma delegacia tendo como finalidade requerer o Seguro DPVAT e que existe indício de envolvimento de policial, porém a investigação ainda está em andamento. Finalmente, citou o seu desejo de implantar o núcleo de inteligência da DADT com pelo menos três servidores especializados. Mencionou ainda, a parceria firmada entre o Sindicato dos Corretores de Seguros, Capitalização, Previdência Privada e de Empresas Corretoras de Seguros no Estado do Ceará (Sincor-CE) por meio da qual foi feita



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**

uma campanha educativa para minimizar os riscos de fraude no Estado e que a DADT tem feito importante trabalho em parceria com as distritais. Citou também os dados referentes à BO feito pela DADT. Segundo ele dos quatro mil registrados noventa e sete por cento (97%) são de acidentes de motos. Porém, as informações sobre o Seguro DPVAT que são solicitadas à Seguradora Líder são prontamente atendidas. O Delegado encerrou sua oitiva se dispondo a encaminhar cópia dos processos requeridos pelo relator e agradeceu pelo apoio dos Deputados da CPI à DADT. Na sequência o Deputado Audic Mota questionou sobre o status da análise comparada dos documentos solicitados à Seguradora Líder requerida na última reunião pelo Deputado Ailton Brasil. O Deputado Fernando Hugo informou que os documentos estão sendo conferidos pela equipe técnica da CPI e que essa conferência encontra-se em fase de conclusão. Por fim, em razão da falta de quorum para deliberar acerca da proposta de enviar ofício à Direção Superior da Delegacia Geral da Polícia Civil do Estado do Ceará, Delegado Raimundo de Sousa Andrade Júnior e ao Secretário da Segurança Pública e Defesa Social, Dr. Delci Teixeira, nos termos indicados pelo Deputado Roberto Mesquita ficou, portanto, a deliberação adiada para a próxima reunião da CPI. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente declarou encerrada a reunião. E, para constar, eu, Erliene Alves da Silva Vale, servidora da Assembleia Legislativa do Ceará, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos deputados presentes à reunião. (o registro do acompanhamento taquigráfico desta reunião constará como anexo desta Ata).

SERVIDORA ERLIENE ALVES DA SILVA VALE Erliene Alves da Silva Vale

DEPUTADO ROBERTO MESQUITA Roberto Mesquita

DEPUTADO AUDIC MOTA Audic Mota

DEPUTADO FERNANDO HUGO Fernando Hugo

DEPUTADO PROFESSOR TEODORO Professor Teodoro